



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria da Fazenda
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
2ª Câmara de Julgamento*

RESOLUÇÃO Nº: 038/2011
SESSÃO: 77ª EXTRAORDINÁRIA de 17 de dezembro de 2010.
PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/723/2009
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1/200818688
RECORRENTE: UNILINK TRANSPORTES INTEGRADOS LTDA.
RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
RELATOR: MANOEL MARCELO AUGUSTO MARQUES NETO.

EMENTA: - FALTA DE RECOLHIMENTO – ICMS IMPORTAÇÃO. Auto de Infração **PROCEDENTE.** O Contribuinte não recolheu ICMS de Importação, referente a Declarações de Importação, cujo desembaraço ocorreu no Estado do Ceará. Ofensa ao disposto nos artigos 11, "d", da LC 87/96, 16, inciso I, alínea "c" e artigos 73, 74 e 676 do Dec. 24.569/97 e Parecer SATRI nº 436/2000. Penalidade prevista no artigo 123, I, "c" da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03. Preliminar de extinção afastada, com fundamento no artigo 173, I do CTN. Recurso Voluntário conhecido e não provido.

RELATÓRIO

Consta do Auto de Infração, lavrado contra a empresa: **UNILINK TRANSPORTES INTEGRADOS LTDA.**

"Falta de recolhimento do imposto, no todo ou em parte, inclusive o devido por substituição tributária, na forma e nos prazos regulamentares. O contribuinte supra, não recolheu o ICMS vinculado a Importação do exterior do País de mercadorias ou bens a que se refere as Declarações de Importação números: 03/0300578-0 e 03/0904911-8, conforme explicitado nas Informações Complementares a este Auto de Infração".

ICMS: R\$ 378.087,98

Multa R\$ 378.087,98

O autuante apontou como dispositivo legal infringido os artigos 73 e 74 e 676 do Dec. nº 24.569/97 e art. 3º, VI, §1º da Lei nº 12.670/96. Sugerindo como penalidade o art. 123, I, "c" da Lei nº 12.670/96 com nova redação dada pela Lei nº 13.418/03.

Nas Informações Complementares, o agente fiscal ratifica o lançamento tributário e detalha o procedimento fiscal realizado. Afirma que o autuado adquiriu 02 (duas) EMPILHADEIRAS provenientes da Itália, conforme (DI nº 03/0300578-0) registrada em 10/04/2003 e (DI nº 03/0904911-8) registrada em 20/10/2003, através de desembaraço aduaneiro ocorrido no Estado do Ceará em 15/04/2003 e 30/10/2003, respectivamente, sem recolhimento do ICMS devido pela importação.

Instruem os autos: Despacho nº 2008.38333, Termo de Intimação nº 2008.32075, ARs, Ordem de Serviço nº 2008.39699, Termo de Início de Fiscalização nº 2008.33273, Extratos de Consultas: Cadastrais, SISCOMEX, Sistemas GIM/RECEITA/SISIF, Cópia da Súmula nº 661 STF, Cópia Parecer nº 436/2000, Extratos de Acórdãos do STJ e Termo de Conclusão nº 2008.34513.

Tempestivamente às fls. 55 a 78 dos autos a empresa apresenta impugnação ao feito fiscal, requerendo, resumidamente:

1 – Que antes qualquer discussão a cerca do mérito da autuação, impende trazer à cola a ocorrência de fenômeno prejudicial à manutenção do Auto de Infração, qual seja, a Decadência sobre os créditos tributários lançados;

2 – Que se observa nas duas Declarações de Importação, as datas do desembaraço aduaneiro foram seguidamente 15/04/2003 e 30/10/2003, portanto, naquele momento surgiu o fato gerador tributário para fins de ICMS, fixando-se a partir de então *o dies a quo* para contagem do prazo decadencial;

3 – Que dado que a Ação Fiscal foi iniciada em 21/11/2008, todos os fatos geradores ocorridos antes de 20/11/2003 são absolutamente impassíveis de lançamento, pois atingidos pelos efeitos da Decadência tributária; são seus argumentos.

O processo foi encaminhado ao *Contencioso Administrativo Tributário* e submetido a julgamento. O julgador singular, diante da análise das peças decide pela PROCEDÊNCIA da ação fiscal.

Insatisfeita com a decisão singular, a autuada interpõe recurso voluntário, alegando preliminarmente a Decadência, posto que, decorrido o prazo de 5 (cinco) anos. Questiona, ainda, a contagem realizada pelo julgador singular e defende a Extinção do crédito tributário.

A douta Procuradoria Geral do Estado sugere: Conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão proferida pela 1ª Instância.

È o relatório.



VOTO DO RELATOR

Versa a peça inicial de Falta de Recolhimento ICMS Importação, referente as Declarações de Importação números: 03/0300578-0 e 03/0904911-8, na condição de destinatário final.

Em sua defesa, a autuada contestou a presente acusação fiscal, alegando preliminarmente a Decadência, posto que, decorrido o prazo de 5(cinco) anos, os lançamentos fiscais são absolutamente impassíveis.

O artigo 173 I do CTN estabelece que não havendo antecipação de pagamento, o direito de constituir o crédito tributário extingue-se decorrido cinco anos do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu o fato gerador. *In verbis*:

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I. do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

O Parágrafo único do mesmo diploma legal prevê: *“O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.*

A jurisprudência do STJ – primeira turma (fls.116) - Ministra Denise Arruda, assim se manifesta: *“... em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, deve ser aplicado o disposto no artigo 173-I do CTN”*

Não reside qualquer dúvida de que, mesmo quando se trate de tributo sujeito a lançamento por homologação, constatado pela autoridade fiscal, qualquer omissão ou inexatidão com relação à obrigação que compete ao sujeito passivo, que deixou de ser adimplida regularmente, deverá ser efetuado um lançamento de ofício nos termos do art. 149, V, do CTN. *In verbis*:

Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

(...)

V. quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

Neste mesmo sentido, destacamos a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

“Ementa: V. No caso do pagamento do tributo não efetuado, cabe a autoridade fiscalizadora efetuar o lançamento de ofício previsto no art. 149, inciso V, do CTN,

cujo prazo decadencial rege-se pela conjugação das normas dos artigos 150, §4º e 173, I, ambos do CTN, considerando como termo a quo o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido homologado, qual seja, o primeiro dia do exercício seguinte ao quinto ano após o fato gerador (tese dos cinco mais cinco)."
(TRF-3ª Região. AC 1999.03.99.113591-4/SP. Rel.: Des. Federal Vesna Kolmar. 1ª Turma. Decisão: 08/08/06. DJ de 31/08/06, p. 272.)

Nosso entendimento é de que o caso em tela rege-se pela conjugação das normas dos artigos 150, §4º e 173, I, ambos do CTN, por conceber de lançamento por homologação, sem o pagamento de tributo.

Sem pagamento, não há o que se homologar, pois falta objeto ao lançamento por homologação, e sendo assim, a constituição do crédito deve observar a regra do art. 173, I, do CTN, e os fatos do período acima assinalado, contar-se-á do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Quanto ao mérito, restou comprovado nos autos que a empresa deixou de recolher o ICMS devido, na condição de importador, infringindo os artigos 73 e 74 e 676 do Dec. nº 24.569/97 e art. 3º, VI, §1º da Lei nº 12.670/96. Ficando, portanto, sujeito a penalidade prevista no artigo 123, I, "c" da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03.

Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

I - com relação ao recolhimento do ICMS:

c) falta de recolhimento do imposto, no todo ou em parte, inclusive o devido por substituição tributária, na forma e nos prazos regulamentares, em todos os casos não compreendidos nas alíneas "d" e "e" deste inciso: multa equivalente a uma vez o valor do imposto;

DEMONSTRATIVO DO CREDITO TRIBUTÁRIO

ICMS:	R\$	378.087,98
MULTA:	R\$	378.087,98
TOTAL:	R\$	756.175,96

VOTO


Pelas considerações expostas, voto no sentido de conhecer do Recurso Voluntário. Com relação à preliminar de extinção suscitada pela parte, deve ser afastada. No caso em tela, o fato gerador ocorreu em 15/04/2003 e 30.10.2003, respectivamente, para cada uma das Declarações de Importação objeto da autuação, e que em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, não há que se falar em decadência, devendo ser aplicado o disposto no art. 173, inciso I, do CTN. No mérito, nego provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão condenatória proferida em 1ª Instância, nos termos do Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente: **UNILINK TRANSPORTES INTEGRADOS LTDA** e recorrido: **CÉLULA DE JULGAMENTO 1ª INSTÂNCIA**.


A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos conhecer do Recurso Voluntário. Com relação à preliminar de extinção suscitada pela parte, considerando que a ação fiscal foi iniciada em 21/11/2008 e que todos os fatos geradores ocorridos antes de 20.11.2003 são absolutamente impassíveis de lançamento, pois atingidos pelos efeitos da decadência tributária - Afastada, por voto de desempate do Presidente, considerando que, no caso concreto, o fato gerador ocorreu em 15/04/2003 e 30/10/2003, respectivamente, para cada uma das Declarações de Importação objeto da autuação, e que se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, cujo pagamento não foi antecipado pelo contribuinte, não há que se falar em decadência, devendo ser aplicado o disposto no art. 173, inciso I, do CTN. Foram votos vencidos, favoráveis à extinção, os Conselheiros Sebastião Almeida Araújo, Marcos Antônio Brasil, Samuel Aragão Silva e João Carlos Mineiro Moreira. O Conselheiro Samuel Aragão Silva votou pela extinção "sob o argumento de que o fato gerador da obrigação é o desembaraço aduaneiro e de que houve a prestação das informações ao Fisco por meio do SISCOMEX". No mérito, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão condenatória proferida em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral do recurso, o representante legal da recorrente, Dr. Túlio de Queiros Furtado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 21 de janeiro de 2011.

PP 
Alexandre Mendes de Sousa
PRESIDENTE


Francisco José de Oliveira Silva
CONSELHEIRO


Silvana Carvalho Lima Petelinkar
CONSELHEIRA


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
CONSELHEIRO

P 
Aderbalina Fernandes Scipião
CONSELHEIRA


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO


João Carlos Mineiro Moreira
CONSELHEIRO


Samuel Aragão Silva
CONSELHEIRO


Marcos Antônio Brasil
CONSELHEIRO


Sebastião Almeida Araújo
CONSELHEIRO